

ESCOLA DE ENGENHARIA DE LORENA, INGRESSO NA USP AINDA INCOMPLETO

Renato Brandão
Jornalista

Manuel Pereira



Campus I da EEL

Criada em 1969, a então Faculdade de Engenharia Química de Lorena (Faenquil), atual Escola de Engenharia (EEL-USP), construiu grande reputação. Formou os primeiros engenheiros para o antigo Pró-Álcool e tornou-se referência nacional no beneficiamento do nióbio, mineral estratégico. Tão peculiar quanto a trajetória da EEL, que nasceu municipal e depois passou às orbitas federal e estadual sucessivamente, é a situação atual dos seus funcionários e docentes. Embora tenha sido incorporada em 2006 à USP, seu quadro de pessoal responde ao governo estadual

A certeza de se estar em uma unidade de ensino da USP vem do grande número de alunos vestindo camisetas e jaquetas com o logo da Universidade, que andam também munidos das conhecidas canequinhas laranja do programa “USP Recicla”. E, assim como na Cidade Universitária, dezenas de cachorros sem dono vagam pelas ruas. Mas as semelhanças entre a Escola de Engenharia de Lorena (EEL), no interior paulista, e o Butantã, pararam por aí.

“A situação é muito estranha”, observa Carlos Henrique Maia, analista de sistemas. Seis anos após a incorporação da EEL à USP, Maia é um dos quatro funcionários, entre 295, que estão vinculados à Universidade. Os demais são “prestadores de serviço” do governo do Estado.

“Eles fazem o mesmo trabalho que eu, mas não recebem o mesmo reconhecimento e as vantagens de um funcionário da USP”, comenta o técnico. Nos corredores, a posição diferenciada lhe rendeu a alcunha de *Pedigree*. “É tranquila a convivência, fui bem recebido”, relata ele, que está em Lorena há dois anos. Antes,

trabalhava no *campus* Butantã, na capital, mas pediu transferência para ficar mais próximo da família, em Guaratinguetá.

A EEL tem apenas quatro servidores com vínculo trabalhista formal com a USP. O diretor da escola, dois funcionários ligados a ele diretamente e um técnico em informática, que conseguiu uma transferência há 2 anos. Por seu status, ganhou apelido de Pedigree

Bem-humorados na hora de escolher o apelido, os colegas de Maia se mostram desconfortáveis ao falar de suas próprias condições de trabalho. “Me sinto enganada por ter prestado um concurso público. Muitos, como eu, procuravam estabilidade no emprego e acharam que encontrariam

aqui. Foi um grande pepino a vinda da USP”, dispara uma funcionária que não quis se identificar.

Atualmente, a EEL agrega dois campi, onde estudam cerca de 1.200 alunos da graduação e 141 da pós-graduação. São 98 docentes e 197 servidores técnico-administrativos. “Não entendemos por que não podemos entrar no quadro da USP. Já somos funcionários públicos”, questiona o professor André Alves Prado, que leciona no colégio técnico da escola.

De fato, eles são servidores do Estado. Porém, ao invés de pertencerem à Universidade, estão sob a tutela da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia (SDECT). O vínculo faz parte do convênio provisório firmado durante o processo de integração da então Faculdade de Engenharia Química de Lorena (Faenquil) à USP, em 2005. Segundo esse acordo, os funcionários da antiga Faenquil tornaram-se iam “prestadores de serviços” à USP, exercendo as mesmas funções antes desempenhadas. Mas o que deveria ser um período de transição administrativa, a ser encerrado em 2011, tornou-se permanente.

Sem poder ingressar no quadro funcional da Universidade, pois para isso teriam de ser aprovados em concurso público, os servidores da EEL não só se viram privados dos direitos usufruídos por seus colegas da USP — como quinquênios e sexta-parte — como também perderam alguns dos que mantinham na então Faenquil.

Criou-se um estranho paradoxo, diz o professor Domingos Sávio Giordani, chefe do Departamento de Química da EEL: professores de uma unidade da USP que não apenas atende a todas as exigências pedagógicas e institucionais, mas é igualmente capaz de oferecer cursos de graduação e pós-graduação integralmente reconhecidos pela estrutura central, permanecem à margem do quadro docente da Universidade.

Os servidores ficaram decepcionados com a não-incorporação: “Havia a consciência de que não era possível integrar o quadro de docentes estatutários, mas esperávamos ser incorporados como celetistas”. Com o passar do tempo, analisa Giordani, foi inevitável o desgaste de um corpo docente que serve a “dois patrões”. “O serviço que prestamos à USP é pior do que cinco anos atrás. Digo pela falta de recursos humanos, da perda de quadros, de professores que morreram ou se demitiram por não aceitar a situação”.

Em agosto de 2011, a anunciada renovação do convênio provisório nos mesmos termos originais foi o estopim de uma greve geral de docentes e funcionários técnico-administrativos da EEL — a tercei-



EEL conta com 1.100 alunos, número que será ampliado com os novos cursos

ra desde a incorporação à USP. A reivindicação principal era de que o “quadro especial em extinção” saísse da alçada da SDECT, passando ao âmbito da Reitoria. Contudo, um parecer da Procuradoria Geral do Estado interpretou como inconstitucional essa transferência.

Por meio da incorporação, 1.100 alunos, 240 vagas em cursos de graduação e todo o patrimônio da Faenquil foram transferidos para a USP. Mas os funcionários e docentes não foram incorporados ao quadro funcional da Universidade, e vencimentos e vantagens perdiam na comparação

Depois de 30 dias, e contando com amplo apoio dos estudantes, a greve foi parcialmente vitoriosa, ao contrário das mobilizações anteriores. A Reitoria finalmente dispôs-se a pagar gratificações salariais que reduzirão, na maioria dos casos, as diferenças salariais existentes entre o quadro da EEL e o quadro da USP (*Informativo Adusp* 333). Mais importante ainda, a Reitoria assumiu o compromisso de abrir “concursos públicos e processos seletivos” (sic, *USP Destaques* 39, de 9/9/2011) para permitir que os componentes do quadro em extinção se candidatem ao ingresso na corpo docente da USP.

Em seguida, a Assembleia Legislativa aprovou a criação de 142 cargos de docentes (130 professores doutores e 12 professores titulares) para a EEL. Dessas vagas, 88 já para 2012, sendo 22 delas para os novos cursos da escola. Em julho de 2012 foram abertos 28 concursos para professor doutor em regi-

**Professor André Prado****Professor Domingos Giordani****Professor Durval Rodrigues**

me de dedicação integral, RDIDP, e um processo seletivo (este para professor assistente em regime de tempo parcial, RTP, com jornada de 12 horas). Espera-se que tanto aos novos docentes quanto aos atuais sejam oferecidos exclusivamente concursos públicos e não “processos seletivos”, como sinalizou o USP Destaques: afinal de contas, para que tirar-se alguém de um quadro em extinção apenas para jogá-lo na condição de precário?

“É uma situação estranha. Somos referência em muitas áreas. São anos de casa, uma vida acadêmica consolidada e, depois de 25 anos, tem que fazer concurso? Era para ter sido feito antes da incorporação”, opina o professor Durval Rodrigues, que fará a prova. Como alguns docentes não prestarão concurso, a EEL vai conviver por

alguns anos com dois regimes diferenciados para uma mesma carreira. “Tente imaginar uma situação na qual um professor concursado faça uma requisição de usar um espaço que sempre foi utilizado por um docente não-concursado”, inquire o professor Giordani. Porém, ainda pior é a situação dos funcionários técnico-administrativos, para os quais não há previsão de concursos. “Muita gente está desmotivada e se conformou com essa situação”, lamenta o analista de sistemas Carlos Maia, o *Pedigree*.

A infraestrutura é outro foco de problemas. O *Campus I* está localizado a cerca de cinco quilômetros ao norte do centro de Lorena, próximo ao bairro Ponte Nova, área carente da cidade. Em seu entorno, serpenteia o rio Paraíba do Sul, um dos mais importantes do Sudeste. A

principal via de acesso é a recém-asfaltada Estrada Municipal do Campinho. Porém, desde as chuvas do verão de 2010, quando uma ponte desmoronou a 200 metros da entrada do campus, a BR-459, que liga Lorena a Itajubá, se tornou a única passagem. Além do acréscimo de dois quilômetros ao trajeto, o percurso não tem iluminação e os estudantes se sentem mais vulneráveis a sofrerem acidentes ou assaltos.

Já o *Campus II* está localizado a cerca de sete quilômetros de distância do centro de Lorena, ao sul. Situa-se na Estrada Municipal Santa Lucrecia, que cruza a Rodovia Presidente Dutra na altura do quilômetro 53. Os dois *campi* ficam a 11 quilômetros de distância um do outro, e não possuem conexão direta. No início de 2012 foi criada uma linha exclusiva da própria USP,

Fotos: Manuel Pereira



Em 2010, desmoroamento interrompeu principal acesso ao Campus I

para ligar os dois pólos: uma linha exclusiva com veículos e motoristas da própria universidade. “Com as linhas, poderemos fazer com que os alunos tenham aulas nos dois *campi* em um mesmo dia”, espera o diretor, professor Nei Fernandes de Oliveira Júnior.

Tanto quanto moradia estudantil nos campi, os alunos reivindicam melhores condições no transporte urbano, que dispõe de poucas linhas e horários, e maior segurança, pois têm sido vítimas de roubos ao voltar para casa

O transporte público de Lorena costuma ser alvo de críticas dos alunos da EEL. Cada *campus* é atendi-

do por uma única linha urbana. Os coletivos partem do terminal urbano, na região central, em horários fixos. “A cidade é pobre e o transporte urbano é ruim na cidade inteira, não é só para os estudantes da EEL”, rebate o diretor Fernandes. Como alternativa, moradores e estudantes utilizam a bicicleta como meio de transporte. A Prefeitura informou que, em 2009, elas eram cerca de 100 mil, ou seja, 18 mil a mais do que o número de habitantes, o que levou Lorena a reivindicar o título de “Cidade das Bicicletas”.

Se a insegurança ronda as redondezas dos *campi* à noite, a chegada dos universitários às repúblicas estudantis na área central tampouco é garantia de tranquilidade. Segundo muitos deles, são frequentes abordagens e assaltos noturnos no desembarque no centro. “Uma vez, quase fui assaltada. Sorte que uma mulher me avisou: ‘Tem um cara de vermelho te seguindo’”, relata Roberta Piffer Teixeira, aluna do 3º ano de Engenharia Química.

“Os alunos têm uma condição financeira média acima da população local, viram presa fácil de delitos”, reconhece o diretor. “Somamos esforços para pedir providências, mas não podemos fazer nada além. É um problema de responsabilidade da Secretaria de Segurança Pública do Estado”. A Reitoria diz ter encaminhado uma proposta de parceria entre a Prefeitura de Lorena e a Secretaria Municipal de Transportes de São Paulo, que faria estudos sobre a implantação de novas linhas urbanas, itinerários etc. Além disso, solicitou reforço policial nos arredores dos *campi*.

No *Campus I* da EEL estão as salas de aulas e laboratórios dos departamentos de Ciências Básicas e Ambientais, Engenharia Biotecnologia e Engenharia Química, que precisam de reparos. Antes da estadualização da Faenquil, o local abrigava o Centro de Pesquisas em Biotecnologia e Química (**vide quadro na p. 24**), onde se desenvolveu o Programa Nacional do Álcool (Pró-Álcool). Lá se formaram os primeiros

Manuel Pereira



Campus II dista 11 quilômetros do I

engenheiros para atuar nas futuras usinas alcooleiras do país. A unidade contava com uma usina-piloto para produção de álcool industrial como combustível alternativo. Encerrado o programa, a usina foi desativada e transformou-se na biblioteca do campus. Seus galpões foram adaptados para laboratórios e salas de aula.

O Campus I herdou grande parte da estrutura montada para o Pró-Álcool, que rendeu reputação à Faenquil como gestora do projeto e formadora dos engenheiros que trabalhavam nas usinas espalhadas por todo o país — uma delas na própria faculdade

O horizonte é de melhorias, acredita o professor Fernandes. No local está sendo erguido um novo conjunto de laboratórios didáticos do ciclo básico e, no segundo semestre deste ano, também começarão as obras do novo centro de convivência, que terá um auditório com 300 assentos e áreas reservadas para o centro acadêmico e o grêmio de funcionários. “Em 2014, esse *campus* estará muito diferente”, imagina o diretor.

A demanda por esse espaço era antiga, aponta o estudante Paulo Barnabé, do sexto ano de Engenharia Química. “As coisas acontecem geralmente fora daqui. Quase tudo que fazemos é no centro. Aqui é um mundo isolado”, reclama.

À parte e novo em folha é o restaurante universitário, concluído em 2010, mas com previsão de inauguração somente no início de 2013. Sem um “bandejão”, hoje a comunidade da EEL conta apenas com uma pequena lanchonete e uma cantina, mantida por funcionários voluntá-

rios. Mais conhecida como “sopão”, oferece uma refeição noturna por R\$ 1,50. O cardápio varia de cachorro-quente a cozido de carne com legumes, acompanhado de arroz.

Em nenhum dos *campi* existe ambulatório médico. No *Campus I* há duas pequenas agências bancárias, um centro de informática e um conjunto esportivo, com duas quadras descobertas e dois campinhos. Perto dali fica a capela, algo que pode causar estranhamento ao laico espírito uspiano.

Os *campi* da EEL tampouco contam com moradia estudantil. Sua construção tem sido cobrada pelo diretório acadêmico. “Acho justa a reivindicação, mas há problemas mais urgentes para resolver. Não é uma prioridade”, avalia o diretor da unidade. E acrescenta: “O Coseas ajuda os alunos carentes da unidade com bolsas-moradia”.

O diretório acadêmico reivindica a construção de moradia estudantil, mas para o diretor da EEL não é prioridade: “Não tenho salas, laboratórios. Preciso resolver o problema de espaço para os novos cursos”...

Prioridade, diz Fernandes, é concluir as obras dos novos laboratórios e resolver o problema de espaço para novos cursos. Em 2012, a EEL passou a oferecer



Professor Nei Fernandes, diretor da EEL



Os alunos Paulo Barnabé, Caio Girelli, Roberta Piffer e Yuri Nunes

graduação em Engenharia Ambiental, Engenharia Física e Engenharia de Produção. No ano que vem, a escola terá o curso de Engenharia Mecânica. A expansão da USP chega à EEL, criando novos problemas, sem que os antigos tenham sido resolvidos. Alunos relatam casos de superlotação em disciplinas e falta de docentes e técnicos nos laboratórios. “Tem professor sobrecarregado, que assumiu matérias de outros, dando aula no sábado de manhã porque precisa cumprir com suas disciplinas durante a semana”, aponta o sextanista Paulo Barnabé. “E com a abertura de novas vagas, tende a piorar, faltar salas”.

Além dos cursos na graduação, o *Campus I* oferece pós-graduação em Biotecnologia Industrial e Engenharia Química. A unidade abriga ainda uma escola de ensino médio técnico, com cerca de 270 alunos: o Colégio Técnico de Lo-

rena (Cotel), que figura entre as 50 melhores escolas públicas do país e as dez melhores do Estado, quando se levam em conta as notas obtidas no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

Assim como no *Campus I*, boa parte das instalações da EEL II consiste em galpões adaptados, desta vez oriundos dos tempos do Centro de Materiais Refratários (Cemar), embrião do atual Departamento de Engenharia de Materiais.

Se com o Cebiq o atual *Campus I* tem uma história atrelada ao Pró-Álcool, o Cemar é o berço do Projeto Nióbio. Usado principalmente em ligas de aço para a produção de materiais supercondutores, o nióbio possui inúmeras aplicações na indústria, desde a fabricação de joias à produção de motores de aviões a jato e aparatos para foguetes. Em seus tempos áureos, este local era o centro

nacional de refino e purificação do metal, tornando-se referência internacional na área. “Até 1986, 100% da produção nacional do nióbio saía daqui”, conta o professor Durval Rodrigues, chefe do departamento.

O segundo campus da EEL surgiu por causa do Projeto Nióbio, que fez do Brasil referência tecnológica no refino e purificação do metal. Na época quase toda a produção nacional de nióbio, comprada por EUA, Europa e Japão, saía da unidade

O legado do nióbio ficou para a EEL. Rodrigues explica que há



Alunos pesquisam na biblioteca, onde antes funcionava a usina



Cotel é uma das melhores escolas do país



Laboratórios ocupam galpões, que foram adaptados



Cantina é solução precária para a necessidade de alimentação



Conjunto esportivo no Campus I

equipamentos na unidade sem similares em território nacional e procurados por pesquisadores de diversas partes do país. A unidade oferece graduação e pós-graduação em Engenharia de Materiais. Além de contar com laboratórios e biblioteca, possui salas de aula mais estruturadas, que passaram por reformas e receberam aparelhos de ar-condicionado, projetores multimídia, tela para projeção e quadro branco novos.

À parte um campo de futebol *society*, quase inexitem espaços de lazer no *Campus II*. Segundo o professor Rodrigues, nos próximos anos a unidade deve ganhar um conjunto de vivência com restaurante universitário, anfiteatro, ginásio poliesportivo e piscina, além de novos edifícios com salas de aula e laboratórios didáticos e de pesquisa.

Para Carlos Maia, embora a antiga Faenquil tivesse seus próprios méritos, “a vinda da USP trouxe um pouco de dinamismo para a faculdade, fora o nome em si”. Seu ponto de vista é compartilhado pelo professor Giordani: “Pelo lado didático, acadêmico, foi uma melhora enorme para a faculdade. A escola melhorou materialmente”.

O professor Prado Alves, do Colégio Técnico, guarda certa esperança de mudanças. “Nossa grande expectativa é se a Universidade vai ou não abraçar a gente, mostrar que fazemos parte do mesmo conjunto da USP”. Contam alguns funcionários e estudantes que a USP ganhou fama na EEL de ser “um paquiderme”. “Ela se mobiliza muito devagar, mas acaba andando”.

INFLUÊNCIA DO EXÉRCITO, PRÓ-ÁLCOOL E PROJETO NIÓBIO MARCARAM DÉCADAS DE 1970 E 1980

Hoje com 82 mil habitantes, o município de Lorena foi o núcleo de dois grandes projetos do governo federal durante o regime militar: o famoso Programa Nacional do Álcool (Pró-Álcool) e o desconhecido Projeto Nióbio, ambos trabalhados por engenheiros e pesquisadores de dois centros de pesquisa vinculados à antiga instituição pública de ensino superior da cidade, a Faculdade Municipal de Engenharia Química (Famenquil).

Fundada por decreto da Prefeitura em abril de 1969, a Famenquil perdeu o vínculo com o município poucos anos depois, quando passou a ser controlada por uma fundação e contar com aporte do governo militar. A fase seguinte seria fortemente condicionada pela presença do Exército.

A agora Faenquil foi implementada por um grupo de engenheiros militares da Indústria de Material Bélico do Brasil (Imbel), uma empresa do Exército. Localizada em Piquete, cidade vizinha a Lorena, a Imbel fabricava armas portáteis, munições, explosivos e equipamentos de comunicações, além de constituir-se no principal destino de capacitação dos engenheiros formados pelo Instituto Militar de Engenharia.

Idealizador da Faenquil, o tenente-coronel Luiz Sylvio Teixeira Leite foi o primeiro diretor da faculdade, em um período no qual eram desenvolvidos ali projetos para a fabricação de ácido acetilsalicílico (principal matéria-prima da aspirina), anilina (composto muito utilizado na indústria de corantes) e oxigênio. Entretanto, por pressão de transnacionais do ramo, os projetos foram suspensos.

O coronel deixou a direção da Faenquil em 1976, ano anterior à abertura do seu primeiro curso de graduação em engenharia industrial química. Mantida à época pela Fundação de Tecnologia Industrial (FTI), vinculada ao Ministério da Indústria e Comércio,

tornou-se campo de pesquisas em biotecnologia, química fina e novos materiais. Conquistou reputação como gestora do Pró-Álcool e do Projeto Nióbio.

Extinto o regime militar, o governo Sarney cortou os incentivos da FTI. A fundação passou a ter dificuldades para sustentar a Faenquil e seus dois centros de pesquisa, Cebiq e Cemar. Porém, mesmo sob ameaça de ter de encerrar as atividades, a faculdade implantou, no final da década de 1980, seus primeiros cursos de pós-graduação: em engenharia de materiais e engenharia de qualidade.

Em 1990, o Tribunal de Contas da União determinou que os convênios entre a FTI e a Faenquil deixassem de ser renovados, o que abriu caminho para que o então governador Orestes Quércia encaminhasse um projeto de estadualização da faculdade e dos centros de pesquisa. No ano seguinte, já no governo de Luiz Antônio Fleury Filho, a Faenquil passou a integrar o Sistema Estadual de Ensino Superior, sob forma de autarquia de regime especial, administrada pela então Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado.

A Faenquil ganhou sobrevida ao tornar-se uma faculdade estadual, mas os problemas financeiros persistiram. Os repasses eram inferiores às verbas recebidas nos anos dourados da faculdade. O resultado da situação foi a constante perda salarial e a defasagem no plano de carreira para professores e funcionários.

Na virada do século, avançaram as negociações para que a Faenquil fosse incorporada por uma das universidades estaduais paulistas. Em 2003, a Universidade de São Paulo apresentou um projeto com essa finalidade. A incorporação foi celebrada em 2005 e implantada de fato em 2006, quando a USP recebeu patrimônio, cursos e alunos da Faenquil, agora denominada Escola de Engenharia de Lorena (EEL).